

NOVOS CAPÍTULOS NA “GUERRA SANTA”? FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E DIREITOS LGBT NO BRASIL

Julian Rodrigues e Marcelo Hailer Sanchez*

Resumo: Pretendemos explorar o cenário atual com o acirramento dos discursos religiosos evangélicos contra o movimento LGBT e as demandas por reconhecimento estatal, igualdade jurídica e criminalização da homofobia. Também iremos analisar, a partir da proposta de biopolítica e de micropoderes pensada por Foucault (FOUCAULT; 1979), como o discurso atual aplicado por setores evangélicos é um modelo atualizado das teses medicinais/ eugenistas do século XIX.

Palavras chave: fundamentalismo, biopolítica, direitos LGBT, homofobia, evangélicos

Introdução

O crescimento das igrejas evangélicas, especialmente das pentecostais e neopentecostais, bem como do número de seus seguidores no Brasil é um fato importante registrado nas últimas décadas, que tem implicação em vários setores da sociedade, incidindo não só na vida privada, na esfera moral ou propriamente religiosa dos indivíduos, mas, também nos debates sobre políticas públicas.

Segundo o Mapa das Religiões, da Fundação Getúlio Vargas, coordenado por NERI (2011), os evangélicos representam 20,2% da população brasileira (contra 17,9% em 2003). Esse crescimento é alimentado - entre outros fatores - pela expansão do número de concessões de canais de rádio e TV, bem como o de programas evangélicos no espectro público das comunicações.

As pregações e opiniões sobre a “questão homossexual” ocupam parte significativa das falas dos líderes evangélicos. A oposição ao reconhecimento dos direitos civis da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e ao projeto que torna crime a discriminação em virtude da orientação sexual e da identidade de gênero (o Projeto de Lei da Câmara 122/2006) tem sido tema permanente na intervenção pública desses pastores e líderes religiosos. Muitos deles são parlamentares, eleitos nos três níveis da federação.

Homossexuais, na visão teológica da maioria das igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais são considerados “abominações”, “pecadores” e, portanto, não caberia ao Estado reconhecer seus direitos. Termos como “império homossexual”, “ditadura gay”, “mordaga gay”, “destruição das famílias” são recorrentes constituem o núcleo dos discursos evangélicos sobre o tema.

Destacamos o fato de que essas pregações não se limitam aos templos evangélicos nem mesmo aos seus programas de rádio e TV. Vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores evangélicos levam para a esfera pública sua moral e sua teologia sem nenhuma mediação com o marco legal nacional. Afinal, a Constituição Brasileira (1988) não abriga discursos preconceituosos. Nos seus artigos terceiro e quinto ela protege a dignidade da pessoa humana, promove o pluralismo e veda explicitamente qualquer tipo de discriminação.

Pode-se inferir, portanto, que uma determinada moral advinda de um grupo social, derivada de certas interpretações teológicas e exegeses bíblicas particulares,

termina por se transpor para a esfera pública e tentar também se legitimar nesse espaço, provocando críticas sobre a possível violação dos princípios constitucionais da laicidade estatal, fundamento das repúblicas liberais democráticas, como a brasileira.

Se pensarmos essa interferência na esfera estatal das religiões nos termos da biopolítica, conforme propõe FOUCAULT (2001), notamos um retorno ao discurso do sujeito “anormal” e das técnicas de biopolítica e biopoder aplicadas no final do século XIX e começo do século XX. As instituições evangélicas propagam a ideia de que as pessoas LGBT são sujeitos que, relegados à marginalidade pelos dispositivos de poder, intentam uma ação de contrapoder para subverter uma sociedade de “bem” em uma sociedade de “anormais”.

Nesse trabalho procuraremos, a partir da discussão sobre a atuação pública das lideranças evangélicas e da análise de trechos de pregações televisivas, mostrar que a moral dessas igrejas e seus discursos, difundidos inclusive nos parlamentos (e com objetivo explícita de incidir sobre os governos) violam a laicidade do Estado e acabam por se constituir em uma espécie de atualização das antigas teses medicinais e eugenistas.

Pode-se considerar que a ênfase, a centralidade e a constância das pregações estigmatizantes das práticas homossexuais e a oposição ao reconhecimento dos direitos civis LGBT constituem-se em verdadeira “guerra santa” levada a cabo por pastores evangélicos contra milhões de pessoas em virtude de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero.

1. Direitos humanos e laicidade estatal versus moral religiosa

O Brasil é uma república federativa laica desde 1891. O princípio da laicidade está claramente assegurado no artigo 19 da Constituição de 1988. No seu artigo quinto a carta magna também assegura a liberdade de expressão (inciso IV) e, no inciso VI, protege a liberdade de crença, nos seguintes termos: *“VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”*.

A plena liberdade religiosa vigente no Brasil permitiu o ascenso significativo das igrejas evangélicas. Várias dessas igrejas passaram a se organizar também em

âmbito político-partidário, elegendo parlamentares em todos os níveis, por diversos partidos.

No Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Evangélica conta, hoje, com cerca de 70 membros, entre deputados federais e senadores e “*tem a intenção de ajudar na luta em assuntos polêmicos como aborto, união civil gay, liberdade religiosa, entre outros temas que dizem respeito à família e a fé cristã*”¹.

A atuação incisiva e a crescente organização das igrejas evangélicas para atuar nos espaços decisórios do Estado brasileiro trazem questões relativamente novas ao debate democrático e ao movimento para assegurar os direitos LGBT. Como conciliar a garantia da laicidade plena, a defesa e proteção dos direitos humanos, a efetivação dos direitos fundamentais com a pregação e com os preceitos da moral dos líderes evangélicos investidos (ou não) de mandato parlamentar? As opiniões dos pastores pentecostais e neopentecostais (mesmo dotados de representação popular no parlamento) são pontos de vista legítimos e devem influenciar os debates relacionados às políticas públicas e à elaboração legislativa em um Estado laico?

Os discursos dos líderes evangélicos não se limitam a desqualificar a prática homossexual internamente às suas igrejas e seus fiéis. Sua atuação é voltada a influenciar as posições do Estado - seja ao bloquear proposições legislativas que reconheçam direitos civis, seja ao se oporem às políticas governamentais de promoção da cidadania e dos direitos humanos da população LGBT.

Pastores e parlamentares evangélicos travam, de fato, uma verdadeira “guerra santa” contra o processo de reconhecimento dos direitos dessa minoria social. Os direitos de reconhecimento são, nos termos de Fraser (1997), estritamente vinculados à noção de justiça social, pois trata-se de erradicar conceitos negativos relacionados aos grupos sociais historicamente discriminados. Ou seja, não basta perseguir a igualdade de renda ou garantir políticas sociais (os direitos de redistribuição): é também preciso enfrentar preconceitos e promover positivamente determinadas populações, em um processo de valorização cultural e combate a estigmas. Um ideal antagônico à crença e à prática das lideranças evangélicas no que se refere aos homossexuais.

¹ Segundo informações de site evangélico, conforme <http://noticias.gospelmais.com.br/frente-parlamentar-evangelica-funciona-politicos-20745.html>, acessado em 8 de junho de 2012.

Questiona-se, assim, se a moral religiosa de grupos específicos poderia se sobrepor aos preceitos constitucionais que definem e organizam o Estado. Se os fundamentos do marco legal brasileiro vedam a discriminação e fundamentam-se nos princípios da igualdade e do pluralismo seria correto conferir legitimidade à moral religiosa de igrejas evangélicas, legitimando-as a incidir nos debates públicos concernentes a toda a população ou um grupo social composto por milhões de pessoas que não necessariamente compartilham dessas mesmas crenças – e, por conseguinte, desses mesmos códigos morais?

Ao se oporem à legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e também ao projeto de lei que torna crime discriminar pessoas em razão da orientação sexual ou identidade de gênero, os argumentos utilizados pelos pastores e parlamentares evangélicos são diretamente derivados de sua leitura bíblica e da moral de suas igrejas. Não procuram sustentar essa posição em termos laicos ou universalizáveis para o conjunto da população que não compartilha da mesma fé religiosa.

Argumentos estritamente oriundos de particular moral religiosa devem ou podem ser legitimamente considerados como óbices válidos ao reconhecimento de direitos em um Estado laico? Ora, a moral de uma sociedade democrática necessariamente é crítica, não simplesmente apoiada na tradição, mesmo que majoritária, pois deve assegurar proteção às minorias sociais. Como elucidou o juiz e doutrinador Roger Raupp Rios:

A convicção religiosa alheia, não pode, portanto, privar de direitos um grupo social que não se recusa a cumprir os deveres gerais da cidadania. Além de serem livres para crer, os cidadãos brasileiros são livres para não serem privados de direitos por grupos religiosos terem feitos leis fundadas em suas convicções religiosas. Dizer, portanto, que não se estendem a certos grupos (como gays e lésbicas) direitos que existem para outros pela “índole religiosa” da maioria ou pelo “direito natural” de caráter revelado ou pseudocientífico (...) é contrariar diretamente o direito constitucional. (RIOS, 2011, p.39)

Adotando essa visão, podemos afirmar sem rodeios que a argumentação fundamentada em preceitos meramente religiosos não deve ser admitida como vetor de influência válido nas definições legislativas e nas políticas governamentais.

Obviamente, tal parâmetro é aplicável a qualquer iniciativa oriunda de igrejas, não só evangélicas, mas também, sobretudo, a católica, que visem a impedir o avanço do processo de institucionalização dos direitos das populações historicamente discriminadas, como, por exemplo, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

As pregações e posições públicas dos formuladores evangélicos sobre a questão da homossexualidade não se limitam, portanto, ao âmbito restrito de seus cultos, de suas igrejas ou mesmo de seus programas. Não têm como alvo apenas adeptos, somente os já convertidos. Pretendem, na verdade, universalizar suas doutrinas e moral próprias, pois atuam, entre outras direções, com o objetivo de impedir que o Estado brasileiro efetive a igualdade entre todas as pessoas, independente da orientação sexual, ou das práticas sexuais.

3. O “império homossexual” e a importação de discursos

As vozes públicas pastorais-políticas que se dedicam a perseguir e desqualificar os homossexuais têm importado ideologias oriundas do conservadorismo evangélico norte-americano com o intuito de respaldar, adensar e fortalecer seu próprio repertório discursivo.

Um dos centros da argumentação evangélica contra LGBT é igualar a luta pelos direitos humanos dessa população a um movimento de feições conspiratórias, cujo objetivo final seria secretamente impor, para o conjunto da sociedade, a hegemonia de seus pérfidos valores, que desconstruíram a família tradicional e propagariam desvios sexuais, doenças, estilos de vida destrutivos, atentados à moralidade e abominações várias.

Silas Malafaia, pastor da Igreja Assembleia de Deus-Vitória em Cristo é um dos “televangelistas” mais veementes e um dos mais influentes formadores de opinião desse segmento. Seu programa semanal é transmitido pela Rede Bandeirantes de TV se intitula “Vitória em Cristo”. Destaca-se como exuberante opositor do movimento LGBT e sua notoriedade levou-o, por exemplo, a ser entrevistado pela revista semanal *Veja*, no último dia 6 de junho.² Entre um conjunto de preceitos morais, o pastor-

² Revista *Veja*, 6 de junho de 2012, edição 2272 - ano 45 – número 23 - Editora Abril

apresentador sustenta oposição militante ao projeto que torna crime a homofobia. Ao responder sobre a atuação contundente de combate ao PLC 122 e se tal prática seria condizente com um “papel religioso” Silas Malafaia responde que :

Se não fosse assim, a casa tinha caído. Essa lei é a lei do privilégio. O Brasil não é homofóbico. Eu separo muito bem os homossexuais dos ativistas gays. Esses últimos querem que o Brasil seja homofóbico para mamar verba de governo, de estatais, é o joguinho deles. Homofobia é uma doença. Ódio aos homossexuais, querer matá-los ou agredi-los é uma doença. Agora, opinião não é homofobia. O projeto diz que, se um homossexual se sentir constrangido pela internet, por um veículo de comunicação, cadeia no cara que constrangeu. Exatamente o que prevê a lei do racismo. Agora, olhe a diferença. Você já nasce com sua raça. Não escolhe. O homossexualismo é comportamental. Não vejo lógica em uma lei para criminalizar quem agride homossexual se um soco dado em um hétero dói da mesma maneira. A lei que estão propondo é uma lei da mordação. Se não aprendermos a respeitar a liberdade de expressão, será melhor mandar fechar a conta para balanço.

Essa afirmação evidencia que Malafaia considera que a oposição ao reconhecimento de direitos da população LGBT além de correta e legítima, se faz porque a identidade homossexual é uma escolha (moralmente equivocada, e que pode ser alterada, portanto). Do seu ponto de vista, é teologicamente ilegítima, pecadora e, portanto, passível de severas críticas. Para reforçar essa linha argumentativa e enfrentar, na esfera pública, o movimento LGBT, recentemente Silas Malafaia engajou-se na tradução, divulgação e promoção do livro do pastor norte-americano Louis. P. Sheldon, denominado *The agenda*. Traduzido em português como *A estratégia – o plano dos homossexuais para transformar a sociedade*”, tal livro foi vendido no catálogo da popular empresa de cosméticos Avon, que veio a ensejar uma campanha de boicote e denúncia por parte do movimento LGBT.³

De conjunto, o livro do pastor Sheldon é um libelo homofóbico, ultraconservador, antigay, com linguagem agressiva, focada na desqualificação do

³ Conforme <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/avon-silas-malafaia-e-a-propagacao-da-homofobia/>, acessado em 8 de junho de 2012.

“estilo de vida” homossexual e na denúncia de um suposto plano, uma verdadeira conspiração LGBT cujo objetivo seria influenciar a educação, a mídia e o governo dos EUA, consolidando uma ideologia destrutiva dos valores tradicionais e promovendo a dissolução das famílias.

Ao apontar os homossexuais como “antinaturais”, o religioso norte-americano pressupõe que a sua interpretação bíblica e visão moral são paradigmas universais, (generalizáveis e estabelecidos, verdadeiros fundamentos de toda organização social) e caracteriza a prática homossexual - e o movimento LGBT - como partes de uma estratégia destinada a destruir o cristianismo e a “moral natural”. Sheldon afirma:

Não se engane, a estratégia homossexual é um plano tático para a guerra. Não se trata de uma reunião política pública ou de uma estratégia de marketing: a estratégia que tem sido disseminada pelo lobby homossexual é uma de natureza militar. (...) Esta não é uma batalha contra inimigos estrangeiros, mas contra um inimigo ainda maior: as forças das trevas e legiões de gays e lésbicas furiosos determinados a abolir a virtude cristã e o julgamento moral de qualquer forma. (SHELDON; 2012, p. 267)

A denúncia dessa suposta agenda oculta do movimento pelos direitos civis da população LGBT está sendo incorporada como elemento relevante nos discursos dos líderes evangélicos brasileiros. É uma tática que visa a dar consistência aos seus argumentos, importando ideias e táticas da extrema-direita protestante dos EUA. Os fundamentos dessas falas detêm-se na caracterização negativa do “estilo de vida” dos homossexuais como algo doentio e na suposta tentativa dos mesmos de instalar uma sociedade submissa aos seus ditames – algo como verdadeiro “império homossexual”, como denunciou o senador evangélico Magno Malta (PR-ES), em discurso na tribuna da câmara alta no último dia 3 de abril⁴. Nesse pronunciamento, o senador capixaba se solidarizou com o pastor Malafaia, supostamente perseguido pelo movimento LGBT e, novamente, se opôs à aprovação do PLC 122, que propõe tornar crime a homofobia.

4. O biopoder e o discurso evangélico

⁴ Conforme <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/04/03/magno-malta-ve-tentativa-de-criacao-de-2018imperio-homossexual2019-no-brasil>, acessado em 8 de junho de 2012.

A ideologia pretendida pela Assembleia de Deus rompe com as fronteiras – na esteira de McLuhan (MCLUHAN; 2007), pois, na era das telecomunicações não haverá um único ser isolado de qualquer tipo de ideologia – a aldeia global – a igreja e as estratégias de Malafaia se inserem neste contexto.

Suas falas não se locomovem por meio de camelos e missionários, mas por bytes e aparelhos de televisão. A sua mensagem, que transborda para além do espaço do templo, será responsável por consolidar a influência desse ideário evangélico e conservador. A televisão aqui será o principal dispositivo para agregar seguidores. Adaptada aos moldes do neoliberalismo, se caracterizada nos termos da biopolítica, tal prática pode ser inserida como tentativa de governo das mentes (FOUCAULT; 2004). Q

Os espaços político, cultural, educacional e acadêmico serão outras esferas nas quais o discurso evangélico procurará se consolidar em um movimento para se reapropriar das campanhas de controle aos sujeitos anormais, sodomitas e desviados (FOUCAULT; 2001). Na sequência, iremos analisar duas falas do pastor Silas Malafaia a respeito do sexo:

A sexualidade é a coisa mais íntima do ser humano, falar nisso é envolver tabus da sociedade moderna. A sociedade que vive fora do contexto da palavra tem regras e tabus com todo o liberalismo que existe, com toda a promiscuidade que existe, assim mesmo, lá fora, na sociedade do mundo, existem muitos tabus”. E na igreja de Cristo a coisa é pior ainda. Por quê? Eu explico: muita gente viveu uma vida devassa lá fora e ele vem pra igreja e transfere para o casamento aquele conceito de pecado que ele próprio tinha com as relações pecaminosas sexuais que ele tinha com a vida devassa de lá de fora”. (O Cristão e a Sexualidade; 2011)

Notamos, em primeira leitura, que o projeto de sociedade assumido por tal líder evangélico enfatiza a questão do controle e perpassa os sujeitos que se relacionam com corpos iguais: trata-se de certa visão que busca reforçar determinado “regime” político/ideológico. Fica claro também um período de reabilitação do sujeito que “abandona” o sistema “devasso” e que adentra o projeto de vida proposto pelo grupo religioso que aqui analisamos. Portanto, fazer uma análise do discurso engajado de Silas Malafaia significa ir além de problematizar ou questionar um padrão moral e normativo. Nas

duas citações postas acima observamos uma separação rígida entre a sociedade em geral e os seguidores da sua igreja.

Na mesma pregação, ao falar das criações das coisas por deus, Malafaia diz que o sexo é “muito bom”, pois, quando deus vai criar o homem “ele muda o tom” e o faz “muito bem, logo, o sexo é muito bom”. Antes disso, Malafaia afirma que todas as coisas negativas relacionadas ao sexo são criações da sociedade exterior. Deparamo-nos com uma sofisticação discursiva e uma inversão. Mas, logo em seguida o que parece ser uma inversão volta ao seu lugar de fato quando o pastor pergunta: “Por que Deus fez o homem com uma genitália e a mulher com outra?”, em seguida, Malafaia discorre sobre a testosterona (hormônio masculino) e sobre estrogênio (hormônio feminino) e explica posteriormente como funciona o pênis e a vagina no momento do ato sexual e de como deus pensou na hora em que criou tais órgãos. È o reforço da tradicional visão da sexualidade apenas a partir da biologia.

Após a sua aula médica, Malafaia deixa claro qual é o padrão de deus para a sexualidade que “une os seres humanos”: um homem e uma mulher. Portanto, todo aquele discurso do sujeito que vem de fora, da sociedade devassa, cai por terra quando pensamos em termos sexuais. Independente do ideal aí implícito, seja a sociedade devassa ou a pura, vislumbrada por Malafaia, estamos frente a um mesmo projeto: um projeto biopolítico, que considera que corpos se deitam com o intuito primário de se reproduzir.

A questão é que estamos diante de um poder de normalização que se constitui e se ergue desde o século XIX (FOUCAULT; 2001). E se instala a partir de várias instituições de controle sobre o comportamento, principalmente no que diz respeito ao corpo.

Embora apoiado na bíblia, o discurso de Malafaia para validar a sexualidade ideal, sadia, do cristão coincide exatamente com o proposto oficialmente pela medicina desde o século XVIII. O século apontado é tido pelo filósofo francês Michel Foucault como aquele que marca o nascimento da medicina social e data também o início das políticas públicas de controle populacionais, as quais Foucault vai chamar de biopolítica.

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica. (FOUCAULT; 1979)

Portanto, não é por mero acaso que o pastor Silas Malafaia inicia o seu discurso a respeito do sexo explicando como funciona biologicamente o corpo masculino e feminino com base em definições biológicas, pois, como o próprio deixa claro, suas teses não estão passíveis de contestações, são “verdades”, pois apoiadas que são na natureza e na ciência médica. Em seguida diz que o sexo correto é o entre uma mulher e um macho e que foi assim que deus estabeleceu.

Estamos diante, portanto, de uma estratégia de biopoder adotada pelo novo discurso religioso. Junto com a bíblia e a “palavra de deus”, é a medicina que vai validar o discurso do pastor. Uma junção eficaz que reforça a moral teológica com argumentos da biologia.

5. Quem são os doentes ou a uma nova sociedade disciplinar?

Se por um lado o pastor Malafaia se apoia em saberes medicinais para validar o seu discurso e a partir disto construir um mecanismo de verificação para construir dispositivos de biopoder onde faz crer (aos seus fiéis, mas também à população em geral) que o sexo é uma norma criada por deus a ser concretizada entre o corpo masculino e feminino, isto por conta da diferença genital entre os corpos. O que observamos também é uma recondução ou reformulação da sociedade disciplinar.

Porém, antes de avançarmos vamos analisar outro discurso do pastor para embasarmos melhor nossa argumentação constatamos que, mais do que estarmos de frente para uma doutrina meramente religiosa, estamos sim de frente para construtos literários e discursivos que hoje ganham tentáculos em inúmeros espaços.

Anteriormente vimos que Malafaia separa os seus fiéis da “sociedade de fora”, a qual ele classifica enquanto “devassa”. No segundo programa analisado neste texto, o pastor irá fazer o mesmo com a comunidade homossexual, a qual ele vai dividir entre homossexuais e “ativistas gays”. E aqui levantamos o seguinte questionamento: a que serve tal divisão proposta por Silas Malafaia? E por que falar do sexo e dos direitos civis almejados pelos grupos homossexuais se tornou uma verdadeira obsessão, uma agenda prioritária do grupo religioso liderado pelo pastor em questão?

Ao tratar da passagem da sociedade repressiva para a sociedade disciplinar, Foucault vai pontuar como um dos pontos principais a questão do “deixar viver” e da obsessão sobre a gestão da vida e “sobre todo o seu desenrolar” (FOUCAULT; 1986: 151).

Ou seja, quando Silas Malafaia diz que não é contra os homossexuais e que “inclusive” a sua igreja “os aceita” é por que, acima de tudo, é a favor da vida destes sujeitos, mesmo que, como gosta de reafirmar a todo momento, a bíblia condene o seu comportamento.

Quando o pastor Malafaia separa a comunidade homossexual dos “ativistas gays” deseja criar uma dicotomia entre dois inexistentes grupos. Como se o primeiro grupo fosse um bando de pobres coitados que dependem de um apoio espiritual e o segundo grupo, os “ativistas gays” como um grupo obscuro que atua não a favor da vida ou pelos direitos civis, mas apenas em prol de interesses políticos e contra a liberdade de expressão e para isso defendem a aprovação do PLC 122/06.

Silas Malafaia repete inúmeras vezes esse esquema que acabamos de colocar, com qual sentido? No sentido de disciplinar e fazer com que os seus telespectadores (seguidores ou não) levem adiante o ensinamento. Malafaia segue a risca parâmetros aprofundados no século XVIII que tem como foco o “corpo – espécie, onde tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio – política da população” (FOUCAULT; 1986: 152).

O discurso de Silas Malafaia é dedicado à população, homossexual ou não, o seu desejo é fazer com que um número cada vez maior de sujeitos se junte a sua congregação e ao seu projeto de sociedade, portanto, ele neutraliza o que chama de “ativistas gays”, como se fosse um grupo marginalizado e transforma a comunidade homossexual num grupo aceito/ limpo.

Mas quando voltamos ao discurso de Silas Malafaia sobre o sexo e de como este foi constituído sob os “olhos de deus” devemos entender que ao fazer tal separação entre comunidade homossexual e ativistas gays tudo não passa de um jogo de semântica e mero discurso e que estamos diante de um dispositivo de biopoder que visa, acima e abaixo, manter a norma entre os corpos e entre os sexos. Pois, o discurso de poder proposto por Silas Malafaia não é original, mas trata-se de um projeto que vem se desenvolvendo desde o século XIX, quando o controle da sexualidade será entendido como um dos principais dispositivos de poder para o pleno desenvolvimento do capitalismo

Este bio – poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho

da reprodução e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. (FOUCAULT; 1986: 156)

Antes de representar um discurso religioso analisamos que o pastor Silas Malafaia, a Assembleia de Deus – Vitória em Cristo são também produtos do biocapitalismo e que contribuem para manter a estrutura normativa a partir de micropoderes: templos, televisão, música, mídia, política.

6. Conclusão

Ao concluir essa pequena amostra analítica do discurso e das intervenções de líderes evangélicos no Brasil atual podemos afirmar que há uma clara estratégia de poder, no sentido de ampliar a influência da moral e da doutrina religiosa dessas igrejas para além de seus templos, particularmente no que se refere à sexualidade e ao repúdio das práticas homossexuais.

Trata-se de construir um verdadeiro dispositivo de poder (de biopoder) , que passa pela massificação de uma doutrina conservadora, que, embora lastreada na bíblia, se apodera de argumentações e saberes médicos e biológicos, promovendo a oposição entre uma sexualidade “pura” e as práticas sexuais pecadoras e doentias, não saudáveis, de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Por serem sujeitos pecadores, ou anormais, cuja prática contraria os desígnios divinos e também a preservação de um corpo limpo e saudável, os homossexuais não devem ter seus direitos civis reconhecidos e muito menos podem ter alguma lei especial que os proteja de discursos discriminatórios.

A rigor, mais do que propagar determinada moral e doutrina cristã, líderes como Silas Malafaia e seus representantes no Congresso Nacional, como os membros da Frente Parlamentar Evangélica manejam seus discursos anti-gay e por uma sexualidade sadia com objetivo claro de conquistar espaço político e influenciar nas decisões governamentais e na agenda legislativa.

O discurso religioso, na verdade, é um biombo para tornar mais eficaz a difusão de um ideal conservador e moralista, que, no limite, atualiza as antigas tentativas de controle dos corpos e da sexualidade, agora por meios eletrônicos, já que vivemos em tempos de aldeia global e redes sociais.

7. Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – A vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2007.

NERI, Marcelo Cortes (coord). *Novo Mapa das Religiões no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

Programa Vitória em Cristo: O Sexo do Cristão, 2010.

http://www.youtube.com/watch?v=QN3owZKO00U&feature=results_video&playnext=1&list=PL91F51DBEFAB0673F

Programa Vitória em Cristo: Homofobia ou perseguição religiosa?

<http://www.youtube.com/watch?v=-hlqTue3yOw>

RIOS, Rogger Raupp; GOLIN, Célio; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo.
Homossexualidade e Direitos Sexuais: Reflexões a partir da decisão do STF. Porto Alegre: Sulina, 2011

SHELDON, Louis P. *A estratégia (The Agenda): O Plano dos Homossexuais para transformar a Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel Ltda, 2102